



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 - A 13/11/2017, o Senhor Ministro da Saúde anunciou uma verba de 1.400 milhões de euros para a regularização das dívidas aos fornecedores do sector da Saúde. A primeira verba deste montante seria transferida até 31/12/2017, através de um reforço de 400 milhões de euros para os hospitais. Até à mesma data, ocorreria também um aumento do capital social dos hospitais EPE de 500 milhões de euros estando, ainda, previsto para o início de 2018 um novo aumento do capital social dos hospitais também de 500 milhões de euros.

2 – Como se sabe, os 500 milhões de euros transferidos em Dezembro para os hospitais estiveram, até Março, congelados e os restantes 500 milhões de euros que, inicialmente, eram para ser transferidos no “início” de 2018, já só serão transferidos “ao longo” do ano de 2018.

3 - Face aos anúncios do Governo, esperava-se então que em 2017 o valor dos pagamentos em atraso nos Hospitais EPE tivesse caído ou, pelo menos, não tivesse aumentado face a 2016. Contudo:

- a execução orçamental divulgada pela DGO a 25/01/2018 veio demonstrar que em 2017 os pagamentos em atraso nos Hospitais EPE tinham aumentado 293 milhões de euros;

- a 27 de Março de 2018, também de acordo com os dados publicados pela DGO, os pagamentos em atraso dos hospitais EPE, tinham aumentado 73 milhões de euros em Fevereiro de 2018 face a Janeiro e tinham aumentado 352 milhões de euros face a Fevereiro de 2017. Nesse momento, os pagamentos em atraso estavam em 1.024 milhões de euros, significando que, entre Fevereiro de 2017 e Fevereiro de 2018, os pagamentos em atraso dos hospitais EPE tinham aumentado a um ritmo de 29,3 milhões de euros por mês;

- ora, se durante o ano de 2017, os pagamentos em atraso aumentaram a um ritmo de quase 30 milhões de euros por mês, só entre Janeiro e Fevereiro de 2018, aumentaram 73 milhões de

euros.

4 – Estes dados demasiado preocupantes levaram a que o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentasse um Requerimento para a audição do Senhor Ministro das Finanças, audição essa que ocorreu no passado dia 11 de Abril. Nessa ocasião, o Senhor Ministro das Finanças afirmou que, até ao final do mês de Março, tinha sido utilizada, por todos os hospitais, por todos os centros hospitalares, a injeção de capital que o Governo concretizou em Dezembro 2017 e, que até ao início de Abril, tinham sido pagas 98% de todas facturas identificadas ao abrigo deste procedimento de regularização. Mais ainda, afirmou que, dos 1.400 milhões de euros de dotações extraordinárias, 900 milhões estavam, nesse momento, concretizados e que restam 500 milhões de euros, que vão ser concretizados ao longo de 2018.

5 – Na audição seguinte do Senhor Ministro da Saúde, a 18 de Abril, confrontámos o Senhor Ministro com estes dados fornecidos pelo Senhor Ministro das Finanças, perguntando se os confirmava. O Senhor Ministro da Saúde confirmou e entregou à Comissão de Saúde um gráfico que demonstrava que, em Março 2018, os pagamentos em atraso no SNS tinham já baixado para 717 milhões de euros e que a dívida vencida tinha baixado para 1.210 milhões de euros. E, de facto, os dados publicados no final de Abril pela DGO confirmavam que a situação financeira do SNS, em Março, tinha melhorado face ao período homólogo e que as dotações extraordinárias tinham reduzido a dívida dos hospitais EPE.

6 – Tudo parecia estar, finalmente, a melhorar mas, no entanto, segundo notícias vindas hoje a público, apesar dos 900 milhões de euros de dotação extraordinária terem sido todos usados, “a maioria dos hospitais continua a ter facturas por pagar com cerca de um ano”. Isto é, a verba transferida serviu apenas para pagar dívidas até ao final de 2016. Portanto, conforme o CDS-PP alertou, estas dotações extraordinárias resolveram pontualmente parte do problema, mas não resolveram o problema em si: o facto das despesas dos hospitais continuar a ser superior às suas receitas.

7 - Conforme temos vindo a dizer, os orçamentos dos hospitais não são adequados e têm de ser revistos. Ao efectuar injeções extraordinárias, o Governo não está a resolver o problema, está apenas a remendar pontualmente o problema. E se, conforme o Governo afirma, acabou a austeridade, não se consegue perceber porque é que o Governo não encara de frente o problema do subfinanciamento do SNS e não toma medidas concretas e eficazes para o resolver.

8 – E, da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, criada para supervisionar a gestão do SNS, acompanhar a trajectória da dívida e apresentar estudos sobre “*opções estratégicas de médio prazo do SNS*”, ainda não se soube nenhum resultado. Continuamos, portanto, sem saber quais são os planos do Governo para resolver, de uma vez por todas, a sustentabilidade do SNS.

9 – Perante todos estes factos, podemos apenas concluir que o CDS-PP tem tido razão quando afirma que, para o Governo, a Saúde não é uma prioridade.

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta à seguinte pergunta:

- 1) Confirma V. Exa. que, apesar das dotações extraordinárias efectuadas, os hospitais continuam com dívidas de há um ano?**
- 2) Qual o montante exacto actual de pagamentos em atraso dos hospitais EPE e qual o montante exacto actual da dívida vencida?**
- 3) Em que altura de 2018 vai o Governo proceder à transferência dos 500 milhões de euros de dotação extraordinária ainda em falta?**
- 4) Já tem V. Exa. algum documento elaborado pela Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde?**
- 5) Uma vez que, segundo o Governo, acabou a austeridade, quando tenciona V. Exa. dotar os hospitais do orçamento adequado às suas efectivas e reais necessidades?**
- 6) Que medidas concretas tem V. Exa. programadas para resolver o problema do subfinanciamento do SNS? Qual a calendarização programada para a sua implementação?**

Palácio de São Bento, 16 de maio de 2018

Deputado(a)s

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)
TERESA CAEIRO(CDS-PP)
ANA RITA BESSA(CDS-PP)
ASSUNÇÃO CRISTAS(CDS-PP)
CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)
JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)
ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)